

2 de novembro de 2025

Relatório Final sobre o projeto WARDIP "Revisão do Quadro Legal para o Acesso/Serviço Universal" para a República da Guiné-Bissau

A Salience Consulting tem o prazer de ter concluído o projeto acima referido, com a participação no Workshop Final de Disseminação realizado no Bissau Royale Hotel a 30 de outubro de 2025 e a apresentação dos resultados de todas as atividades do projeto, incluindo todos os principais relatórios, no evento.

Durante a visita final do Líder de Equipa, Dr. Erik Whitlock, e do Especialista em Acesso e Serviço Universal, Andrew Dymond, realizaram-se reuniões anteriores com um conselho técnico sénior da ARN, com o Secretário Executivo do Comité de Gestão do Universal Access and Service Fund (FAU) e com o Sr. Robert Djono da WARDIP, para discutir os comentários finais feitos sobre os entregáveis do consultor. A partir desta reunião e com base nos comentários recebidos no Workshop de divulgação, fizemos algumas revisões finais a todos os relatórios relevantes que refletem o nosso aconselhamento profissional sobre a reestruturação da instituição da FAU e a concretização do Plano Estratégico da FAU.

Com este breve relatório final, anexamos os nossos entregáveis finais em versões em inglês e português, bem como os comentários recebidos dos participantes no Workshop. Os relatórios anexos são os seguintes:

Entrega	Nome do Relatório	Comentário
1	Relatório de Origem	Aceite anteriormente
2	Política e Estratégia de Desenvolvimento do Acesso/Serviço Universal	Versão final após o workshop
3	Relatório Final sobre o quadro legal atualizado com Anexos sobre o • Projeto do quadro legal e • O Decreto que regula o acesso e serviço universais	Versão final após o workshop
4	Plano Estratégico do Fundo de Acesso e Serviços Universais	Versão final após o workshop
5	Manual de Operações e Procedimentos de Gestão	Versão final após o workshop

As versões finais das Apresentações PowerPoint do Workshop, tal como apresentadas, também estão anexadas aqui.

Resultados dos workshops

Segue-se um resumo dos comentários referidos no Workshop de Disseminação e das respostas dos consultores:

#	Comentários Principais	Resposta
1	Deve ser dada prioridade ao acesso aos centros distritais regionais	A seleção dos programas prioritários para o Plano Estratégico foi escolhida à luz de muitos fatores, incluindo o estado real de funcionamento dos projetos existentes da FAU, a necessidade de desenvolvimento futuro (como pilotar um aumento da divulgação pública dos centros); outros projetos que foram mencionados pelos operadores e outras partes interessadas durante o estudo; e projetos planeados pelo governo que também são mencionados como prioridades na Lei e Decreto. Por exemplo, a expansão da espinha dorsal nacional que fornece ligações de fibra a centros distritais desfavorecidos já é um ponto central da nova Lei e Decreto e da nova Estratégia Nacional para a Transformação Digital (ENTD. GW), bem como uma característica central de um projeto WARDIP a avançar a seu tempo.
2	A Lei e o Regulamento devem ser alterados para garantir que as pessoas tenham acesso a serviços de banda larga e TIC de melhor qualidade (especialmente citando a má qualidade do serviço, mesmo em algumas cidades sedes regionais)	A nova Lei e o Regulamento incluem o compromisso de implementar a espinha dorsal da fibra (como referido acima), bem como o incentivo à melhoria das condições de mercado. A espinha dorsal servirá todos os centros regionais e demonstra o compromisso do Governo em resolver o problema. Aliado a isto, a FAU irá, por sua vez, investir em ligações de fibra que estendem a espinha dorsal para centros rurais menos bem servidos.
3	Os consumidores devem estar devidamente representados no Comité de Gestão	A representação dos consumidores através de uma associação nacional de consumidores está prevista na proposta de expansão do Comité de Gestão

4	Sobre a localização da FAU: "A FAU não deve estar alojada na ARN, para preservar a independência." Outro comentário afirmou que a proposta de alojar a FAU dentro da ARN faz sentido e foi totalmente justificada	Foi realizada uma análise extensa sobre os prós e contras de alojar a FAU dentro ou fora do regulador. As melhores práticas e as questões práticas da situação na Guiné-Bissau favorecem claramente a alojamento da FAU dentro da ARN e são descritas no Relatório de Política do consultor.
5	Os membros do Comité de Gestão proposto devem ser eleitos através de concorrência pública	O critério de decisão para representação no comité de gestão é garantir que as partes interessadas relevantes sejam representantes. Isto inclui as agências governamentais relevantes (Ministério do setor, regulador do setor e Finanças), a indústria e os consumidores. São entidades que já existem e escolheram a liderança. O conceito de concurso público seria contrário às melhores práticas para escolher a representação nessas organizações.
6	Devem ser fornecidos detalhes sobre a implementação do "pay-or-play"	Os detalhes sobre a implementação do pay-or-play estão fornecidos no novo Plano de Regulamentação e Estratégia
7	Os papéis específicos do pessoal da ARN vs. do pessoal da FAU devem ser esclarecidos	O detalhe sobre os papéis específicos desempenhados por cada um é fornecido no novo Regulamento e no Manual de Procedimentos de Operações e Gestão
8	A nova estrutura proposta deverá proporcionar dinamismo e recursos suficientes para o fundo	A estrutura, responsabilidades e recursos propostos para a FAU irão alcançar este objetivo
9	O regime de subsídios deve ser totalmente detalhado.	O detalhe sobre o regime de subsídios inteligentes é fornecido no novo Regulamento, Plano Estratégico e Manual
10	O Comité de Gestão deveria ser mais um órgão consultivo do que envolvido na tomada de decisões estratégicas	O papel e as responsabilidades do Comité de Gestão foram desenvolvidos para responder às necessidades da Guiné-Bissau e às melhores práticas internacionais. O consultor também aconselhou que a sua estrutura proporciona, por natureza, a oportunidade de envolvimento das partes interessadas (operadores e consumidores) durante as fases de desenvolvimento e aprovação do projeto. Isto deve ser maximizado na prática. O

		Manual recomenda uma consulta pública completa pelo menos uma vez por ano.
11	O papel do Secretário Executivo precisa de ser esclarecido	O detalhe sobre o papel específico do Secretário Executivo está fornecido no novo Regulamento e Manual
12	Os esquemas de financiamento de dispositivos deveriam ser um programa para a FAU. Outro comentário defendeu que este não é o papel da FAU	O Plano Estratégico inclui uma linha de trabalho específica para investigar como os dispositivos poderiam ser tornados mais acessíveis, começando com um projeto piloto. Reconhecendo que uma parte considerável do custo dos telemóveis se deve a impostos e direitos de importação (que não estão sob controlo da FAU), o objetivo do projeto-piloto da FAU será subsidiar os telemóveis, pelo menos na medida da redução do conteúdo de impostos e taxas, com o objetivo de demonstrar o aumento da procura nas zonas rurais quando os preços são reduzidos. Espera-se que a FAU, com a gestão da ARN, possa representar o Governo com o benefício da redução de impostos e taxas, enquanto poderá haver outros meios de incentivar os operadores a garantir o acesso a telemóveis inerentemente mais baratos com capacidade 4G a partir do mercado global.

O consultor recomenda que a lista acima de comentários e respostas seja distribuída aos participantes do Workshop, seja do WARDIP ou da ARN, como um meio de estimular o interesse no acesso e serviço universal entre as partes interessadas e de manter o interesse na participação em futuras consultas.

Respeitosamente submetido:

Erik Whitlock

Parceiro

Consultoria de Saliência